

A. I. Nº - 102148.0046/05-9
AUTUADO - MÓVEL S/A A NORMA
AUTUANTE - MARCOS VENICIUS BARRETO MAGALHÃES
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 05.10.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0351-02/05

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE. MERCADORIAS EM ESTOQUE SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Refeitos os cálculos, em face dos elementos apresentados pela defesa. A legislação atribui a responsabilidade pelo imposto ao detentor de mercadorias em situação irregular. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 5/5/05, diz respeito à falta de recolhimento do imposto [ICMS] relativo a mercadorias encontradas em estoque desacompanhadas de documentos fiscais, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, fato apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécies de mercadorias em exercício aberto, não tendo sido contabilizadas as entradas das referidas mercadorias. Imposto lançado: R\$ 31.419,81. Multa: 70%.

Ao defender-se, o autuado relatou os fatos que precederam a autuação e apontou erros do levantamento fiscal. Juntou demonstrativo e cópias de livros e documentos. Pede que o Auto de Infração seja declarado improcedente.

O fiscal autuante prestou informação dizendo que, em face dos elementos apresentados pelo autuado, alterou os dados do inventário das mercadorias levantadas no estoque aberto, tendo revisto o estoque inicial de 2005, bem como os lançamentos das Notas Fiscais de entradas e saídas, e, com isso, o valor do imposto foi alterado de R\$ 31.419,81 para R\$ 151,30. Acrescenta que, em virtude das alterações efetuadas, surgiu uma nova infração, enquadrada no código 04.06.02, com imposto no valor de R\$ 4.806,40, a qual constituiu um novo Auto de Infração, de nº 102148.0209/05-5, datado de 04/07/05.

Foi dada ciência da revisão do lançamento ao sujeito passivo. Este não se manifestou.

VOTO

O lançamento em discussão diz respeito a mercadorias encontradas no estabelecimento do autuado desacompanhadas de documentos fiscais.

O fato foi constatado mediante levantamento de estoque.

A legislação atribui a responsabilidade pelo imposto ao detentor de mercadorias em situação irregular (responsabilidade solidária).

A defesa apontou uma série de erros, descritos de forma minuciosa.

Na informação fiscal, o autuante refez os demonstrativos, reduzindo o valor do imposto para R\$ 151,30. Diz ele que, em virtude das alterações efetuadas, surgiu uma nova infração, e lavrou outro Auto de Infração, lançando imposto no valor de R\$ 4.806,40.

A solução adotada pelo fiscal não é a usualmente adotada pelo fisco estadual. Não foi observada a regra do art. 40 do RPAF. No entanto, o “novo” Auto de Infração (AI nº 102148.0209/05-5, datado de 04/07/05) não constitui objeto de apreciação neste julgamento.

No mérito, aplica-se a regra do art. 15 da Portaria nº 445/98.

Desse modo, no que concerne ao lançamento de que cuida o presente Auto de Infração, está encerrada a lide, haja vista que o contribuinte tomou ciência da revisão fiscal, e não se manifestou.

Fica reduzido o valor do imposto de R\$ 31.419,81 para R\$ 151,30, nos termos da revisão efetuada pelo fiscal autuante.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **102148.0046/05-9**, lavrado contra **MÓVEL S/A A NORMA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 151,30**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta recorre da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a”, 1, do RPAF/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR